

VOLUME II DO PNRH 2022-2040



ANEXO NORMATIVO

Março/2022

APRESENTAÇÃO

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2022-2040) é a estratégia nacional para o gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil e sua elaboração envolveu um amplo diálogo com diferentes atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e dos mais variados setores da sociedade.

Criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, integram o SINGREH, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água e Entidades Delegatárias de suas funções.

O CNRH tem papel chave em relação ao PNRH, pois é o ente responsável por aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, acompanhar a sua execução e determinar as providências necessárias para o seu cumprimento no âmbito do SINGREH. Além disso, cabe ao CNRH “promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários”.

Na condição de instância máxima do SINGREH, o CNRH é composto por representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos; representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; representantes dos setores usuários dos recursos hídricos (saneamento, energia, irrigação, turismo e lazer, etc.) e representantes da sociedade civil, por meio das organizações civis de recursos hídricos.

O Decreto n. 10.000/2019, que “dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos”, em seu artigo 9º, estabelece as Câmaras Técnicas, de caráter permanente, que integram o CNRH, com o objetivo de prestar apoio técnico à análise das matérias encaminhadas pelo Plenário. Estas CTs terão papel basilar no desenvolvimento dos normativos propostos no âmbito dos Programas e Subprogramas do PNRH 2022-2040.

Na sequência, são apresentadas as 6 (seis) Câmaras Técnicas que integram o CNRH, com a indicação das suas principais competências.

À **Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA)** compete acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a sua implementação e as suas revisões; analisar propostas de enquadramento em classes de uso, apresentadas pelos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União; propor

medidas de articulação entre os planos de recursos hídricos em suas diversas escalas, e entre os planos setoriais e sua interface com o PNRH, entre outros.

À **Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC)** compete analisar e propor diretrizes e critérios gerais para outorgas e cobrança pelo uso de recursos hídricos; acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o [inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998](#), em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entre outros.

À **Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT)**, compete propor diretrizes para a integração das políticas de gestão de recursos hídricos, de gestão ambiental e das políticas públicas correlatas, propor diretrizes gerais para a gestão integrada de recursos hídricos na zona costeira e nos sistemas estuarinos; propor diretrizes gerais para a gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços; revitalização de bacias hidrográficas, águas subterrâneas, incluída a proteção de áreas de recarga, entre outros.

À **Câmara Técnica de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia (CTECT)** compete propor diretrizes, planos e programas para desenvolvimento de capacidades, mobilização social, educação e capacitação técnica e inovações nos aspectos associados à gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos; propor e analisar medidas de difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos nos sistemas de ensino e planos de mídias relacionados com o tema de recursos hídricos, propor e analisar ações para promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, entre outros.

À **Câmara Técnica de Segurança de Barragens (CTSB)** compete propor diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e realizar o seu monitoramento e promover a integração da Política Nacional de Segurança de Barragens com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional do Meio Ambiente e outras políticas públicas correlatas, entre outros.

À **Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL)** compete analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas e pelo Plenário, entre outros.

Desde sua regulamentação, via Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998, o CNRH já emitiu 223 Resoluções, sendo que 01 Resolução (Resolução nº 138/2012) foi suprimida devido a erro de numeração, 72 Moções e 01 Comunicação.

Ademais, recentemente o Governo Federal emitiu o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que “Dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto”. Diante desse comando, o MDR emitiu a Portaria MDR nº 1.978, de 21 de julho de 2020, que “Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional”, no caso deliberações do CNRH, disciplinando, assim, o tema internamente.

Considerando o processo de elaboração do PNRH 2022-2040, as proposições normativas associadas aos Programas e Subprogramas do PNRH constam deste Anexo Normativo, que apresenta temas que deverão compor minutas de resoluções, portarias, decretos ou projetos de Lei, servindo de linha mestra para o trabalho das Câmaras Técnicas ao longo da vigência do PNRH.

Este Anexo Normativo integra o PNRH 2022-2040, como Anexo ao Volume II – Plano de Ação, visando compor a agenda de trabalho do CNRH, associada aos Programas e Subprogramas.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

Programa 1: Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

Subprograma 1.1. Fortalecimento dos Sistemas de Recursos Hídricos e da Gestão Compartilhada em Bacias Hidrográficas.

Subprograma 1.2. Criação de Arranjos Institucionais e Fortalecimento de Instâncias Colegiadas para a Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma 1.3. Implementação e Consolidação de Agências de Água.

Subprograma 1.4. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental para a Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma 1.5. Inovação, Ciência e Tecnologia para a Gestão de Recursos Hídricos.

Programa 2: Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma 2.1. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

Subprograma 2.2. Cadastro e Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos.

Subprograma 2.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Subprograma 2.4. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso.

Subprograma 2.5. Planos de Recursos Hídricos.

Subprograma 2.6. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Programa 3: Gestão da Qualidade e da Quantidade dos Recursos Hídricos.

Subprograma 3.1. Unificação de Bases de Dados.

Subprograma 3.2. Gestão das Águas Subterrâneas.

Subprograma 3.3. Monitoramento Quali-Quantitativo dos Recursos Hídricos.

Subprograma 3.4. Eventos Hidrológicos Críticos e de Conflitos pelo Uso da Água.

Subprograma 3.5. Oferta e Uso Eficiente da Água.

Programa 4: Integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com Políticas e Planos Setoriais.

Subprograma 4.1. Interface do PNRH com as Políticas e Planos Setoriais.

Subprograma 4.2. Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Subprograma 4.3. Segurança de Barragens.

Subprograma 4.4. Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Subprograma 4.5. Gestão de Recursos Hídricos em Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças.

Subprograma 4.6. Gestão de Recursos Hídricos nas Zonas Costeiras e Estuarinas.

Programa 5: Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Subprograma 5.1. Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNRH 2022-2040.

PROGRAMA 1- FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SINGREH)

OBJETIVO

Aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, qualificando e aprimorando a atuação do SINGREH, bem como efetivando a articulação entre as instituições que o integram.

SUBPROGRAMAS

O Programa 1– Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH é composto por 4 (quatro) Subprogramas, a saber:

- Subprograma 1.1. Fortalecimento dos Sistemas de Recursos Hídricos e da Gestão Compartilhada em Bacias Hidrográficas.
- Subprograma 1.2. Criação de Arranjos Institucionais e Fortalecimento de Instâncias Colegiadas para a Gestão de Recursos Hídricos.
- Subprograma 1.3. Implementação e Consolidação de Agências de Água.
- Subprograma 1.4. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental para a Gestão de Recursos Hídricos.
- Subprograma 1.5. Inovação, Ciência e Tecnologia para a Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma 1.1- Fortalecimento dos Sistemas de Recursos Hídricos e da Gestão Compartilhada em Bacias Hidrográficas

OBJETIVO

Aprimorar a participação dos Estados e do Distrito Federal no processo de gestão integrada dos recursos hídricos.

Normativos	Justificativa	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Aperfeiçoar a legislação com vistas a garantir o não contingenciamento da CFURH e a sua aplicação na gestão de recursos hídricos, na esfera federal e estadual.	É fundamental que os recursos da CFURH sejam integralmente gastos em ações voltadas ao gerenciamento de recursos hídricos, tanto no que se refere aos recursos disponibilizados para a União, quanto aqueles dos estados.	Proposta enviada de aperfeiçoamento da legislação com vistas a garantir o não contingenciamento da CFURH da União	Curto prazo	MDR / CNRH	Ministério da Economia e ANA
		Proposta enviada para alteração na Lei n. 13.661/2018 com vistas a garantir que parte da CFURH dos Estados seja aplicada em gestão de recursos hídricos	Médio prazo	MDR / CNRH	Estados

Subprograma 1.2 – Criação de Arranjos Institucionais e Fortalecimento de Instâncias Colegiadas para a Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

Realizar o planejamento para criação de novas instâncias colegiadas e o seu fortalecimento, estimulando boas práticas de governança, assim como a constituição de arranjos institucionais alternativos para participação pública na gestão de recursos hídricos, alinhada às realidades regionais específicas.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Rever a Resolução CNRH nº 05/00, que "estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica".	A experiência de funcionamento dos CBHs ao longo dos últimos anos leva a indicativos importantes para dar maior objetividade na criação e operação dos CBHs. Além disso, considerar sobretudo em bacias estratégicas nacionais prioritárias, a inclusão de comitê de integração único para toda a bacia hidrográfica, em articulação com os CERHs, e outras formas de organização locais onde houver criticidade e problemas hídricos	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTAL / CNRH	ANA, CERHs, CBHs
Rever a Resolução 18/2002 que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.		Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTAL / CNRH	ANA, CERHs, CBHs
Rever a Resolução 24/2002 que altera a redação dos Artigos 8º e 14º da Resolução 5.		Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTAL / CNRH	ANA, CERHs, CBHs
Rever Resolução CNRH 109/2010, que cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União – UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia".	A análise quanto às diversidades regionais, diferenças das bacias hidrográficas e seus problemas específicos pode dar subsídio à revisão das UGRHs no país	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTAL / CNRH	ANA, CERHs, CBHs
Elaborar Resolução CNRH com diretrizes para implementação de alternativas de arranjos institucionais no território brasileiro, em especial bacias sem sustentabilidade econômica relativa à cobrança pelo uso da água	A grande diversidade do país em termos de sistemas de gestão, portes de bacias, condições de mobilização social, dentre outros aspectos devem ser avaliados quanto à possibilidade de	Resolução aprovada	Médio prazo	CTAL / CNRH	ANA, CERHs, CBHs

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
	considerar diferentes arranjos institucionais adaptados às diferentes situações. Considerar a incorporação de colegiados alternativos aos processos consultivos das bacias hidrográficas, em apoio aos comitês de bacia hidrográfica ou conselhos de recursos hídricos, na ausência dos comitês, a exemplo de comissões de açude, grupos gestores de crises hídricas, associações de usuários, consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas, bem como de criação de instâncias colegiadas de gestão de sistemas aquíferos e de atuação em outros recortes territoriais como na região amazônica, entre outros				

Subprograma 1.3 – Implementação e Consolidação de Agências de Água

OBJETIVO

Fortalecer as instâncias executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas que recebem e aplicam os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos respectivos territórios, de modo que sua atuação seja eficiente e financeiramente sustentável.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar resolução para aprimorar instrumentos jurídicos e normativos relacionados ao apoio executivo aos comitês de bacias hidrográficas sem cobrança.	Considerando que atualmente ainda há CBHs sem a cobrança pelo uso da água implementada, há que se estabelecer diretrizes adequadas para assegurar seu funcionamento durante esse período em que ainda não tiver o apoio de EDs ou AAs	Aprovar Resolução CNRH orientando/aprimorando o apoio executivo aos CBHs sem Cobrança.	Curto prazo	CNRH/CTAL	CERHs. MDR e ANA
Unificar normas para aplicação e controle dos recursos arrecadados, independentemente do domínio dos corpos d'água	Considerando que as EDs atualmente recebem delegação de diferentes entes da federação em uma mesma bacia, é fundamental o alinhamento das diretrizes para aplicação dos recursos, independente da dominialidade das águas	Consolidação de normas para aplicação e controle dos recursos arrecadados, independentemente do domínio dos corpos d'água para uma bacia hidrográfica	Curto prazo	CNRH/CTAL	CERHs. MDR e ANA
Incluir dispositivo legal e regulamentar, dentre as opções de arranjos para implementação de Agências de Água a adoção de concessões administrativas	Atualmente, o apoio executivo aos CBHs que possuem cobrança pelo uso dos recursos hídricos é feito por meio de EDs, na ausência de AAs. De toda forma, devem ser avaliadas e consideradas alternativas legais como as concessões administrativas para desempenho das competências das AAs	Proposição de dispositivos legais para viabilizar a adoção da modelagem de concessões administrativas para desempenho das competências de Agências de Água.	Curto prazo	MDR	ME, ANA e OGERHs

Subprograma 1.4 – Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental para a Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

Difundir, integrar e promover ações de capacitação e educação visando a formação de pessoas e instituições para a atuação qualificada e crítica nas diferentes dimensões da gestão integrada de recursos hídricos.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar resolução sobre diretrizes e orientações técnicas para a elaboração, implementação e avaliação de programas, planos e projetos de educação ambiental, capacitação e comunicação, de forma integrada aos planos de bacias, nas diferentes escalas de planejamento (nacional, estadual e de bacia).	É importante estabelecer diretrizes e premissas básicas para orientar as ações de educação e capacitação desenvolvidas pelas instâncias que atuam na gestão de recursos hídricos	Resolução aprovada	Curto prazo	CTECT / CNRH	ANA – capacitação, SINGREH, Usuários de recursos hídricos (CNI, CNA, SENAI, SENAR), ANPPEA/indicadores da política de educação ambiental. Sistema de monitoramento EA

Subprograma 1.5 – Inovação, Ciência e Tecnologia para a Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico aplicado à gestão de recursos hídricos e o incentivo à produção de projetos de pesquisa científica e extensão que tenham por objetivo a inovação, melhoria e desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Propor normativo que oriente e estimule o uso racional e reúso de águas.	Considerando a importância de ações de uso racional das águas e reúso para dar maior segurança hídrica às bacias, a normatização desses processos por meio de diretrizes claras e objetivas pode incentivar os usuários a avaliar a implementação de tais processos em seus empreendimentos.	Resolução CNRH Aprovada	Curto prazo	CTECT / CNRH	CERHs/CBHs – replicar a norma nos estados e CBHs

PROGRAMA 2 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO

Melhorar as condições de operação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, a partir do aperfeiçoamento de seus instrumentos de gestão.

SUBPROGRAMAS

O Programa 2 – Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos é composto por 6 (seis) subprogramas, a saber:

- Subprograma 2.1. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- Subprograma 2.2. Cadastro e Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos.
- Subprograma 2.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.
- Subprograma 2.4. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso.
- Subprograma 2.5. Planos de Recursos Hídricos.
- Subprograma 2.6. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Subprograma 2.1 – Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos

OBJETIVO

Fortalecer e aperfeiçoar o instrumento de outorga de direito de uso da água e integrá-lo de forma mais efetiva com os Planos de Recursos Hídricos, Enquadramento dos Corpos d'Água em Classes, Cadastro de Usuários, Fiscalização e Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Revisar a Resolução CNRH 37/2004, que "estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União".	Aperfeiçoar a relação de estudos exigíveis, discutir como abordar questões operacionais e relacionadas aos estudos hidrológicos e melhorar a articulação com a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, notadamente sobre o Plano de Ação de Emergência - PAE e o Plano de Contingência - PLANCON	Resolução revisada / consolidada.	Curto prazo	CTOC e CTSB / CNRH	
Revisar a Resolução CNRH 55/2005, que "estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração-PUA, conforme previsto na Resolução CNRH no 29, de 11 de dezembro de 2002".	Considerando que suas diretrizes estabelecidas não vêm trazendo os benefícios esperados para a gestão dos usos da água do setor mineração, verifica-se a necessidade de avaliação e revisão da resolução, de forma tornar seus dispositivos mais adequados à realidade dos usos da água e dos respectivos pedidos de outorga	Resolução revisada / consolidada.	Curto prazo	CTOC e CTSB / CNRH	Setor mineração
Revisar a Resolução CNRH 140/2012, que "Estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais".	Tornar a resolução mais objetiva e com maior articulação com o setor ambiental, de forma a dar subsídio e incentivar os órgãos gestores estaduais à implementação desse instrumento	Resolução revisada / consolidada.	Curto prazo	CTOC / CNRH	Setor Saneamento
Revisar a Resolução CNRH 126/2011 que "estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos".	Atualizar a resolução em questão com base na experiência adquirida ao longo dos anos e de forma a tornar suas diretrizes viáveis de cumprimento pelos órgãos gestores estaduais	Resolução revisada / consolidada.	Curto prazo	CTOC / CNRH	Setor Saneamento

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Revisar a Resolução CNRH nº 16 de 08/05/2001, que estabelece diretrizes para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.	Considerando a experiência de implementação de outorgas em todos os estados brasileiros, há muito o que revisar na resolução em questão, de forma a tornar mais adequada à realidade dos sistemas nacional e estaduais de procedimentos e critérios de outorga	Resolução revisada / consolidada.	Médio prazo	CTOC / CNRH	Setor Saneamento
Regulamentar a lei nº 13.081/2015, que "dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências".	Necessidade de estabelecer diretrizes claras e que possam ser seguidas pelos usuários do setor.	Resolução aprovada	Médio prazo	CTPA / CNRH	
Revisar a resolução do CNRH nº 184/2016 que trata de usos insignificantes a para considerar agrupamento de vários pequenos usuários	Considerando que em algumas bacias hidrográficas o agrupamento de vários pequenos usuários pode influenciar o balanço hídrico local, há que se prever diretrizes para disciplinar esse aspecto, quando ocorrer.	Resolução revisada / consolidada.	Longo prazo	CTOC / CNRH	
Elaborar Resolução regulatória para estabelecimento de diretrizes para outorga de intervenções de hidrovias	Necessidade de disciplinar o tema no âmbito nacional em termos de diretrizes de outorga	Resolução aprovada	Longo prazo	CTOC / CNRH	
Revisar resolução ANA/ANEEL nº 1305/2015 para a consideração dos empreendimentos hidrelétricos não outorgados nos estudos de balanço hídrico das bacias hidrográficas.	Necessidade de disciplinar o tema para que todos os barramentos de empreendimentos hidrelétricos sejam considerados nas análises de disponibilidade e balanço hídrico, mesmo aqueles que ainda não têm a necessidade de solicitação das respectivas outorgas	Resolução	Curto prazo	ANA/ANEEL	

Subprograma 2.2 – Cadastro e Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos

OBJETIVO

Promover a estruturação da fiscalização e do cadastro integrados, em todo o território nacional visando maior efetividade da atuação de órgãos fiscalizadores na busca pela conformidade e melhor desempenho dos agentes fiscalizados.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Estabelecer diretrizes para a integração de procedimento para implementar as atividades de fiscalização, considerando a possibilidade de delegação.	Necessidade de disciplinamento da fiscalização de forma nacional e que dê subsídios ao processo de delegação de competência da ANA para os estados, onde couber	Resolução CNRH Aprovada para disciplinamento dos procedimentos e diretrizes gerais para a fiscalização dos usos de recursos hídricos no país.	Curto prazo	CTOC / CNRH	
Regulamentar o automonitoramento do uso de recursos hídricos e envio de dados por meio da DAURH e outros sistemas.	Uma das ações de grande relevância para ampliar abrangência das ações de fiscalização dos usos de recursos hídricos trata do automonitoramento. Para que isso seja feito de forma adequada e leve aos benefícios para o processo de fiscalização, é importante que esteja regulamentado e disciplinado com diretrizes claras e objetivas	Resolução Aprovada do CNRH	Curto prazo	CTOC / CNRH	
Elaborar resolução para normatizar processos e procedimentos para a atuação integrada da fiscalização de uso dos recursos hídricos na busca pela conformidade e maior desempenho dos agentes fiscalizadores	A integração das atividades de fiscalização, bem como das informações resultantes das ações de fiscalização com os outros instrumentos de gestão, principalmente a outorga é fundamenta que tenha sucesso na regularização de usos. Além disso, é fundamental regulamentar o processo	Resolução CNRH Aprovada de fiscalização	Curto prazo	CTOC / CNRH	

	de integração e troca de informações entre a ANA e os órgãos gestores estaduais sobre as ações de fiscalização.				
--	---	--	--	--	--

Subprograma 2.3 – Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

OBJETIVO

Promover e aperfeiçoar a cobrança pelo uso de recursos hídricos e universalizar o instrumento na unidade territorial da bacia hidrográfica.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Revisar a Resolução CNRH no 048/2005, que "estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos".	Considerando a experiência adquirida com a implementação da cobrança em diversas bacias hidrográficas no país, verifica-se a necessidade de revisar o disciplinamento de forma a dar suporte à melhoria dos processos. Considerar a implementação da cobrança em rios de domínio da União e dos estados ao mesmo tempo em uma bacia ou estender a cobrança já implementada para todos os rios de uma mesma bacia. Relevante estabelecer marco legal que permite a delegação da cobrança em bacias de rios de domínio da União para órgãos gestores estaduais. Relevante viabilizar a aplicação descentralizada dos recursos da cobrança na ausência ou impedimento de Agências, por outras entidades do SINGREH	Resolução revisada / consolidada.	Curto prazo	CTOC / CNRH	
Manifestar-se sobre o Projeto de Lei com a instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, que dispõe sobre a organização da exploração e prestação de serviços hídricos, e altera a lei 9433/1997 e da lei 9984/2000 de forma a possibilitar que, na inexistência de comitê de bacias hidrográficas e de agências de água ou na ausência da implementação da cobrança, o conselho de recursos hídricos e as agências de água competentes estabeleçam os mecanismos de valores	Para ampliar a implementação da cobrança no país, é importante possibilitar que, na inexistência de CBH e de Agências de Água, o Conselho de Recursos Hídricos competente estabeleça os mecanismos de valores transitórios para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos	Análise do PL pelo CNRH e propostas de aprimoramentos ou recomendações, quando couber.	Curto prazo	CTOC e CTAL / CNRH	ANA e MDR.

transitórios para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos.					
--	--	--	--	--	--

Subprograma 2.4 – Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso

OBJETIVO

Aprimorar o instrumento do enquadramento dos corpos hídricos em classes de uso e avançar na sua implementação.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Estabelecer estratégia para o enquadramento de trechos de rios em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Terras indígenas.	Atualmente, considerando a obrigação legal de enquadramento de corpos hídricos em terras indígenas em classe 1 e UCs de proteção integral em classe especial, há grande dificuldade de atendimento a essas classes. Assim, há a necessidade de definição de estratégias para que tais classes possam efetivamente ser cumpridas.	Proposta de resolução para apresentar diretrizes para enquadramento em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Terras Indígenas, como Classe Especial e Classe 1, respectivamente.	Médio prazo	CTOC e CTPA / CNRH	ANA, OGERHs, ICMBio, FUNAI e CBHs

Subprograma 2.5 – Planos de Recursos Hídricos

OBJETIVO

Garantir e aperfeiçoar a elaboração, atualização e implementação dos planos de recursos hídricos, no âmbito nacional, estadual e de bacias compartilhadas (PIRHs), de forma integrada com os planos dos afluentes (PARHs), permitindo uma abordagem sistêmica e integrada da bacia hidrográfica.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar Resolução CNRH sobre a integração entre as diferentes escalas de planejamento (Nacional, Estadual e de bacia).	Apesar da Política Nacional de Recursos Hídricos prever a elaboração de planos de recursos hídricos para diferentes recortes espaciais, não define qual deve ser a articulação e definição de escopo entre eles. Assim, há que se disciplinar tal articulação e integração entre diferentes planos em função das	Resolução aprovada	Curto prazo	CTPA / CNRH	
Rever a Resolução CNRH 145/2012, que "estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências".	Com base na experiência adquirida com a implementação da resolução atual, verifica-se a necessidade de melhorias, notadamente considerando critérios para priorizar a implementação e aperfeiçoamentos dos instrumentos de gestão nas Áreas Sujeitas à Restrição de Uso e critérios para definição de prioridades de outorga considerando os usos não outorgáveis, a exemplo da pesca, turismo, manutenção dos ecossistemas aquáticos.	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTPA / CNRH	

Subprograma 2.6 – Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

OBJETIVO

Reunir, dar consistência e divulgar dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa das águas e sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Disponibilizar permanentemente informações atualizadas sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional.

Fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e a implementação dos demais instrumentos de gestão das políticas de recursos hídricos.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Revisar a Resolução CNRH nº 109/2010, que "cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União-UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia".	Conforme já previsto no subprograma 1.2, a análise quanto às diversidades regionais, diferenças das bacias hidrográficas e seus problemas específicos pode dar subsídio à revisão das UGRHs no país. Assim, recomenda-se revisar a resolução com base na proposta de UGRHs adotada no PNRH 2022-2040. Além disso, é importante seguir para o segundo e terceiro níveis, de forma a aumentar o detalhamento das bases de UGRHs	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTPA / CNRH	ANA
Revisar a Resolução CNRH nº 32/2003, normativo relativo à Divisão Hidrográfica Nacional, com detalhamento para um segundo e terceiro níveis, a partir do primeiro nível de 12 Regiões hidrográficas		Resolução revisada	Curto prazo	CTPA / CNRH	ANA

Elaborar Resolução CNRH que institui as Bases Hidrográficas de Referência Nacional (BHRN), e dá outras providências.	É fundamental consolidar as bases de referência nacional como a base hidrográfica otocodificada e as bases de massas d'água, bem como bases de disponibilidade hídrica, demandas, etc por meio de normativos para que todos os órgãos do SINGREH utilizem as mesmas bases em sua atuação.	Resolução aprovada	Curto prazo	CTPA / CNRH	ANA e OGERHs
Revisar a Resolução CNRH nº 13/2000, que estabelece que "a ANA coordenará os órgãos e entidades federais, cujas atribuições ou competências estejam relacionadas com a gestão de recursos hídricos, mediante acordos e convênios, visando promover a gestão integrada das águas e em especial a produção, consolidação, organização e disponibilização à sociedade das informações e ações".	É importante atualizar as diretrizes nacionais para compartilhamento de informações entre os diferentes órgãos gestores e entre os diferentes, considerando atualização de dados a disponibilização para a sociedade de forma integrada e sempre por meio das mesmas fontes.	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTAL / CNRH	ANA e OGERHs
Elaborar resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais sobre Recursos Hídricos (INDE-RH), e dá outras providências. Baseado na Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 que institui a INDE. Considerar que a ANA atua como sendo os atores da Concar e do IBGE.	Há a necessidade legal de formalizar a instituição da INDE por meio de resolução do CNRH	Resolução aprovada	Curto prazo	CTECT - CTIGAT / CNRH	ANA

PROGRAMA 3 – GESTÃO DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO

Estudar e propor soluções adequadas para resolver problemas de balanço hídrico qualitativo e garantir o atendimento das demandas, por meio de estratégias diferenciadas de aperfeiçoamento e integração das informações sobre disponibilidade hídrica qualitativa superficial e subterrânea; de monitoramento; de gestão de conflitos; de adaptação às mudanças climáticas, objetivando a segurança hídrica.

PROGRAMA

O Programa 3 – Gestão da Qualidade e da Quantidade dos Recursos Hídricos é composto por 5 (cinco) Subprogramas, a saber:

- Subprograma 3.1. Unificação de Bases de Dados.
- Subprograma 3.2. Gestão das Águas Subterrâneas.
- Subprograma 3.3. Monitoramento Quali-Quantitativo dos Recursos Hídricos.
- Subprograma 3.4. Eventos Hidrológicos Críticos e de Conflitos pelo Uso da Água.
- Subprograma 3.5. Oferta e Uso Eficiente da Água.

Subprograma 3.1 – Unificação de Bases de Dados

OBJETIVO

Melhoria da segurança hídrica em bacias críticas, por meio do refinamento e unificação das bases de informações para o cálculo do balanço hídrico quali-quantitativo de referência e da representação mais fielmente das relações entre oferta e demanda, visando maior acurácia e eficiência na identificação de conflitos pelo uso da água, existentes ou potenciais.

Especialmente em bacias hidrográficas compartilhadas, a ação deve contar com a participação ativa dos entes federados de forma que essas bases de informações sejam consolidadas conjuntamente com os respectivos órgãos gestores, colaborando com a efetiva gestão integrada dos recursos hídricos.

Normativos	Justificativa	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar resolução de diretrizes para a implementação do balanço hídricos de referência	Para que todos os OGERHs considerem metodologias e procedimentos semelhantes para o desenvolvimento dos balanços hídricos de referência, é fundamental que tenham diretrizes objetivas dispostas em normativo nacional	Resolução CNRH Aprovada	Médio prazo	CTOC / CNRH	

Subprograma 3.2 – Gestão das Águas Subterrâneas

OBJETIVO

No contexto das bacias críticas, promover a implementação da gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e seu uso sustentável, de forma articulada entre União e Estados, com base no aumento do conhecimento hidrogeológico nacional, em especial sobre as interações rio-aquífero de forma a quantificar a contribuição dos aquíferos para os rios.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar resolução para estabelecimento de diretrizes nacionais para outorga de águas subterrâneas.	Considerando que atualmente os OGERHs analisam outorgas de águas subterrâneas por meio de metodologias diversas e sem a integração com as águas superficiais, observa-se a necessidade de diretrizes nacionais para dar subsídio à melhoria na definição de critérios e procedimentos.	Resolução aprovada	Curto prazo	CTIGAT / CNRH	OGERHs, ANA e CPRM
Revisar a resolução CNRH n° 76/2007, que estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.	Apesar de ter um bom tempo de sua edição, verifica-se que suas diretrizes não vêm sendo seguidas de forma adequada e não foi eficiente para o processo de integração dos recursos hídricos com as águas minerais. Assim, observa-se a necessidade de rediscussão do tema e revisão dos termos da resolução em questão.	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTIGAT / CNRH	ANM, OGERHs e ANA

Subprograma 3.3 – Monitoramento Quali-Quantitativo dos Recursos Hídricos

OBJETIVO

Promover a coleta contínua de dados confiáveis e representativos de quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas em todo o território nacional; utilizar padrões de referência para processos de medição, equipamentos e intercâmbio de bases de dados hidrológicos; avaliar os resultados quanto à sua confiabilidade e representatividade; e publicar os dados e informações obtidos de forma ampla, tempestiva e irrestrita para uso da sociedade.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Propor o ajuste na Lei 9.984/2000, que "dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico de forma a caracterizar a rede de monitoramento como "hidrológica"	Necessidade de caracterizar a rede de monitoramento como "hidrológica"	Proposta de aprimoramentos encaminhadas pelo CNRH ao Congresso	Curto prazo	CTOC / CNRH	MDR / ANA
Elaborar resolução estabelecendo diretrizes para o monitoramento e o envio, por parte dos prestadores de serviço de saneamento, dos dados de quantidade e qualidade da água bruta superficial e subterrânea, na captação e lançamento de efluentes.	Importância de formalizar a necessidade dos usuários de águas do setor saneamento disponibilizarem suas informações de captação de água e lançamento de efluentes para constarem das bases de dados da rede de monitoramento hidrológica.	Resolução aprovada.	Curto prazo	CTOC / CNRH	

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar Norma de referência para o monitoramento hidrológico por usuários outorgados que provoquem interferência significativa no corpo hídrico e em função de seu porte econômico e disponibilização em formato livre	Importância de estabelecer um normativo de caráter nacional para apresentar diretrizes para que os usuários de águas disponibilizem suas informações de monitoramento hidrológico para constarem da rede nacional de forma aberta para a sociedade	Resolução aprovada.	Médio Prazo	CTOC / CNRH	

Subprograma 3.4 – Gestão de Eventos Hidrológicos Críticos e Conflitos pelo Uso da Água

OBJETIVO

Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar conflitos pelo uso da água e os efeitos de eventos críticos de secas e inundações em bacias hidrográficas.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar Normativo para a definição de critérios para a declaração de situação crítica de escassez hídrica em cumprimento a dispositivo previsto na Lei nº 14.026/2020.	Necessidade de definir de critérios para a declaração de situação crítica de escassez hídrica em cumprimento de dispositivo legal previsto na Lei nº 14.026/2020.	Resolução aprovada	Curto prazo	CTAL e CTOC / CNRH	Setor usuários
Elaborar Resolução para definição de diretrizes para os termos de alocação de água e marcos regulatórios em sistemas hídricos locais	As ferramentas importantes para a minimização de efeitos de eventos críticos devem ter seus procedimentos de aplicação normatizados por meio de diretrizes para que possam ser eficientes.	Resolução aprovada	Curto prazo	CTOC / CNRH	MME e setores usuários

Subprograma 3.5. Oferta e Uso Eficiente da Água.

OBJETIVO

Promover ações integradas de gestão e investimentos em infraestrutura para a garantia da oferta e uso eficiente da água, incrementando a segurança hídrica nas bacias hidrográficas, considerando as dimensões humana, econômica, ecossistêmica e de resiliência.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar revisão da normatização das modalidades de reúso direto não potável da água	Para que o reúso seja implementado de forma eficiente e com melhores resultados para os recursos hídricos, é fundamental que tenham seus normativos estabelecidos de forma objetiva e com o objetivo de incentivar a sua implementação pelos usuários.	Resolução aprovada	Curto prazo	CTECT / CNRH	CREA, OEMAs ou municipais
Revisar Resolução CNRH n° 54/2005 que estabelece modalidades e diretrizes gerais para a prática de reúso direto não potável de água e dá outras providências.	Há a necessidade de revisar a resolução em questão, de forma a apresentar critérios e parâmetros para as variadas modalidades de reúso.	Resolução revisada / consolidada	Curto prazo	CTECT / CNRH	
Revisar Resolução CNRH n° 121/2010 que estabelece diretrizes e critérios para a prática de reúso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal definida na Resolução CNRH n° 54, de 28 de novembro de 2005.	Há a necessidade de revisar a resolução em questão, à luz das diretrizes da resolução revisada da n°54/2005	Resolução revisada/consolidada junto com a Revisão da Resolução 54/2005	Curto prazo	CTECT / CNRH	

PROGRAMA 4 – INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS COM POLÍTICAS E PLANOS SETORIAIS.

OBJETIVO

Integrar e articular com os diferentes setores governamentais e os setores usuários de recursos hídricos, buscando promover a compatibilidade com outras políticas e planejamentos para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos de forma sustentável.

SUBPROGRAMAS

O Programa 4 – Integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com Políticas e Planos Setoriais. é composta por 5 (cinco) subprogramas, a saber:

- Subprograma 4.1. Interface do PNRH com as Políticas e Planos Setoriais.
- Subprograma 4.2. Revitalização de Bacias Hidrográficas.
- Subprograma 4.3. Segurança de Barragens.
- Subprograma 4.4. Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Subprograma 4.5. Gestão de Recursos Hídricos nas Zonas Costeiras e Estuarinas.
- Subprograma 4.6. Gestão de Recursos Hídricos em Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças

SUBPROGRAMA 4.1 - INTERFACE DO PNRH COM AS POLÍTICAS E PLANOS SETORIAIS

OBJETIVO

As diretrizes e ações relacionadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos estão diretamente relacionadas aos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, entretanto, há necessidade de se buscar a integração dessas diretrizes e ações às políticas de diversos setores usuários de água, de modo a fortalecer e compatibilizar a atuação nas respectivas políticas.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar Resolução regulatória que estabelece diretrizes para o zoneamento do potencial de expansão da agricultura irrigada x uso da água para geração hidrelétrica	Necessidade de estabelecimento do zoneamento nacional do potencial de expansão da agricultura irrigada de forma a dar suporte às estimativas de demandas a montante das usinas para a geração hidrelétrica	Resolução Aprovada	Longo prazo	CTPA / CNRH	
Proposição de arranjo institucional no âmbito do CNRH para promover a articulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários;	Para que o PNRH tenha sucesso ao implementar suas ações, é fundamental que tenha um arranjo institucional adequado para a articulação com os outros setores. E é importante que esse arranjo de articulação interesetorial seja formalizado para participar e apoiar o desenvolvimento de planejamentos setoriais.	Resolução Aprovada	Médio prazo	CTPA / CNRH	
Elaborar resolução para estabelecer o monitoramento hidrometeorológico dos mananciais de captações de água para abastecimento urbano	Importância de formalizar a necessidade dos usuários de águas do setor saneamento realizarem monitoramento dos seus corpos hídricos de captação e disponibilizarem suas informações para inserção na rede de monitoramento hidrológica	Resolução Aprovada	Curto prazo	CTOC / CNRH	

SUBPROGRAMA 4.2 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.

OBJETIVO

Promover ações integradas visando a recuperação de bacias hidrográficas com foco na conservação de águas, em áreas urbanas e rurais, por meio do incentivo a mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), visando o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os diversos usos.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Propor Decreto ou PL que cria o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas.	Para que o Programa tenha força, é importante que seja instituído e formalizado por meio decreto ou lei federal	Proposta encaminhada ao governo federal	Curto prazo	CTIGAT / CNRH	MDR
Elaborar resolução do CNRH para determinar a inclusão nos Planos de Recursos Hídricos da necessidade da identificação de áreas prioritárias para a implementação de ações de revitalização de bacias, além da proposição de programas e/ou ações.	Considerando a importância dos PRHs para cada bacia hidrográfica, é importante formalizar na revisão da Resolução CNRH de diretrizes para os planos, que constem da identificação de áreas prioritárias para ações de revitalização.	Resolução CNRH nº 145/2012 revisada / consolidada	Curto prazo	CTIGAT / CNRH	

SUBPROGRAMA 4.3 - SEGURANÇA DE BARRAGENS

OBJETIVOS

Fortalecer a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, por meio do desenvolvimento dos órgãos fiscalizadores, em todas as esferas de governo, estimulando a estruturação, a articulação e a implementação continuada das ações de fiscalização, para atendimento dos objetivos previstos na Lei.

Apoiar os empreendedores de barragens de usos múltiplos de interesse coletivo ou com dano potencial associado médio ou alto (exceto as de geração de energia), na execução de ações visando à melhoria das condições de segurança das barragens.

Propor ações para a manutenção da integridade estrutural e operacional das barragens, visando a preservação dos ecossistemas, da vida, da saúde e da propriedade.

Promover a melhoria das condições de segurança das barragens e, portanto, a redução de riscos de rompimento, em benefício dos ecossistemas, da vida e dos usos múltiplos da água, que dependem ou possam ser impactados por essas barragens.

Normativos	Justificativas	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Revisar a resolução CNRH nº 143/2012 que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	À luz da experiência adquirida para a classificação de barragens, observa-se a necessidade de sua revisão, sendo utilizadas como base as considerações apresentadas pela ANA em sua análise realizada sobre o tema.	Resolução Revisada / Consolidada	Curto prazo	CTSB / CNRH	

Revisar a Resolução CNRH nº 144/2012, que estabelece diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do SNISB, em atendimento ao art. 20 de Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.	Considerando a experiência adquirida nos últimos anos sobre a segurança de barragens, é importante rediscutir e revisar tal resolução, de forma a incorporar os melhores procedimentos e diretrizes.	Resolução Revisada / Consolidada	Curto prazo	CTSB / CNRH	
Revisar a resolução CNRH nº 37/2004 no que se refere às diretrizes para fiscalização de segurança de barragens de usos múltiplos.	A partir da experiência adquirida nos últimos anos relacionada à segurança de barragens, bem como a política formalmente instituída sobre o tema, em momento posterior à resolução em questão, observa-se a necessidade de sua revisão, de forma a incorporar os devidos aperfeiçoamentos	Resolução Revisada / Consolidada	Curto prazo	CTSB / CNRH	

SUBPROGRAMA 4.4 - MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

Não apresenta proposta de normativos

SUBPROGRAMA 4.5 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS E TRANSFRONTEIRIÇAS

OBJETIVO

Fortalecer a cooperação internacional para implementação dos instrumentos de gestão integrada dos recursos hídricos em áreas fronteiriças e transfronteiriças.

Normativos	Justificativa	Objetivo	Prazo	Executores	Parceiros
Elaborar resolução para estabelecimento de diretrizes para a gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos nas regiões fronteiriças e transfronteiriças, considerando as competências federativas e das políticas setoriais.	Considerando a relevância do tema e o fato de ainda ter dúvidas sobre procedimentos a adotar no processo de gestão de recursos hídricos nessas regiões, observa-se a necessidade de estabelecer diretrizes e critérios gerais de atuação, considerando a dominialidade das águas e a soberania nacional	Resolução CNRH aprovada	Médio Prazo	CTIGAT / CNRH	MRE, OGERH

SUBPROGRAMA 4.6 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS ZONAS COSTEIRAS E ESTUARINAS.

OBJETIVO

Promover a integração da gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas com a gestão dos sistemas estuarinos e das zonas costeiras.

Normativos	Justificativa	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Elaborar resolução para estabelecimento de diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos nas zonas costeira e estuarinas, considerando as competências federativas e das políticas setoriais.	Necessidade de normatizar a aplicação dos instrumentos e o processo de gestão de recursos hídricos nas regiões de zona costeira e estuarinas	Resolução CNRH aprovada	Médio Prazo	CTIGAT / CNRH	IBAMA, OGERHs estaduais, SPU/ME

PROGRAMA 5 – SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNRH 2022-2040.

Não apresenta proposta de Normativos.